

MALERBA, Jurandir. **Brasil em Projetos**. Rio de Janeiro, FVG editora, 2020.

Pedro Bordim Fabris¹

O momento em que vivemos nos coloca em constante apreensão acerca do futuro que nos aguarda enquanto país. Esse sentimento de ansiedade, compartilhado pela maioria dos que se preocupam com uma pátria plural e democrática, está fundamentado nas contínuas tensões que ocorrem entre o atual representante do poder executivo e os representantes dos outros poderes que atuam na democracia brasileira.

Para compreendermos melhor o que está em jogo em termos humanitários e democráticos, devemos nos esforçar para buscar as raízes intelectuais que possibilitaram o atual estado de coisas, não importando o quão distante nos pareçam. O atual modelo político em vigência no Brasil não surgiu de uma hora para outra, pelo contrário, se trata do resultado de dois séculos de febris reflexões filosóficas, jurídicas e políticas, cujas causas podem ser traçadas no longínquo século XVIII com o aparecimento da filosofia iluminista. Os ensinamentos da filosofia que centrava na razão humana toda a capacidade de melhoramento social desencadearam uma série de eventos históricos, muitas das vezes traumáticos, das quais temos longevos precedentes bastante característicos, seus mais recentes para a história brasileira são a queda do regime civil-militar e a proclamação da Constituição Cidadã de 1988. Foram necessários duzentos anos para que a ideia de democracia representativa, na forma que existe atualmente, tomasse seus contornos e fosse aplicada no Brasil.

Jurandir Malerba, doutor em história social pela Universidade de São Paulo, autor de diversos livros sobre a história do Brasil, em sua mais recente obra “Brasil em Projetos”, nos introduz ao período da ilustração portuguesa, época profícua em reformas econômicas e políticas, levadas a cabo pela administração régia no final do século XVIII e início do século XIX. Utiliza como aporte filosófico os ideais iluministas contra os resquícios do antigo sistema feudal e como essas reformas moldaram as maneiras de administração da metrópole lisboeta até o ponto da Proclamação da Independência brasileira em 1822.

As diversas visões de “brasis” fomentadas pela literatura reformista no século XVIII nos atentam para o fato de que antes de problematizar o conceito extremamente novo de república e democracia representativa. É forçoso, antes conhecer os aspectos que nos definem enquanto nação e enquanto povo coeso, a famosa necessidade de saber de onde viemos, para saber onde estamos, e para onde vamos. Quando estudamos os pormenores da formação étnica, econômica e política do Brasil, nos impactamos com as violências históricas que originaram nosso país. A maioria dos debates políticos contemporâneos dizem respeito a fatos que aconteceram em épocas muito recuadas no tempo;

¹Graduando do 3º ano de História do Centro Universitário Sagrado Coração/ UNISAGRADO, Bauru/SP. Resenha realizada sob a orientação da Profª. Drª Lourdes M. G. C. Feitosa.

da escravidão ao extermínio dos povos autóctones, da exclusão dos negros do sistema econômico no início do século XX até os conflitos de famílias estancieiras de sul a norte do país. Mesmo quando pensamos no regime militar, o tratamos como um resultado da “tradição” autoritária brasileira que remonta a época de nossa colonização. Tendo estabelecido que nossos problemas sociais atuais são reflexo das relações históricas do passado e que estes refletem negativamente no estabelecimento de uma democracia saudável e estável, começaremos com um panorama do que foi o reformismo ilustrado e como ele contribuiu para a formação da ideia de povo brasileiro.

Sebastião José de Carvalho e Melo, mais conhecido como Marquês de Pombal (1699-1782), secretário de estado durante o reinado de Dom José I, foi o grande idealizador de novidades institucionais que influenciaram enormemente a história do Brasil. Dentre estas, podemos citar a política de fortalecimento demográfico através de um incentivo de casamentos interraciais, a declaração de liberdade de todos os índios do Brasil em 1755 e a extinção das missões jesuíticas. Também receberam atenção as reformas na estrutura produtiva e distributiva através de uma mudança na formação de quadros profissionais e a criação de companhias de comércio (MALERBA, 2020, p.44), o combate incessante aos privilégios fiscais gozados pela nobreza tradicional e a reforma no sistema educacional.

As reformas pombalinas permitiram que Portugal fosse considerado um dos primeiros países a ter adotado os princípios da nova filosofia iluminista (ou ilustrada) que despontavam na Europa. Vale ressaltar, porém, que tal empreendimento foi uma via de mão dupla, pois na prática, levado a ferro e fogo, não tinha outra intenção senão o fortalecimento do estado absolutista português. Se Pombal combateu os jesuítas, o fez porque acreditava estarem usurpando as riquezas que por direito pertenciam ao rei de Portugal, já que estes usufruíam de uma autonomia econômica e jurídica que impactava negativamente nas prerrogativas reais sobre os súditos portugueses no além-mar, além do poder moral que as ordens religiosas gozavam no Brasil serem muito maiores do que qualquer poder secular poderia almejar. Tal configuração de coisas impedia que o poder régio influenciasse os destinos da população de uma forma realmente decisiva e benéfica para o “bem comum”. O panfleto difamatório, *Relação abreviada*, no qual se denunciava a existência de uma suposta república jesuítica com diversas povoações no interior do Brasil, foi o documento que possibilitou o expurgo da ordem inaciana de Portugal e um rompimento diplomático com o Vaticano que duraria até 1770.

Se Pombal combateu privilégios da antiga nobreza, o fez para fortalecer o poder da monarquia; o sangrento expurgo da casa dos Távoras-Aveiros e o posterior sequestro de seus bens possibilitou o financiamento da construção do Colégio dos Nobres, concebido para ser o núcleo de formação dos filhos de uma nova aristocracia “togada”, na qual se ensinaria os preceitos racionalistas e utilitaristas das novas doutrinas filosóficas da Europa. Se Pombal reformou a educação, foi para melhor extrair os recursos da colônia

americana; uma das famosas medidas educacionais do Marquês de Pombal foi a reconfiguração total do ensino da Universidade de Coimbra em 1772, que deixaria de ter um ensino escolástico e “metafísico” para algo mais racionalista e “útil” na perspectiva de um país mais funcional e economicamente viável. Essa universidade recebeu gigantesco fluxo dos filhos de nossa elite, que ali estudou e consigo trouxe os novos ideais que animavam a intelectualidade europeia, as descobertas das ciências naturais, o empirismo e o tecnicismo administrativo. Pombal foi o agente reformador de um déspota esclarecido.

A reformada universidade de Coimbra criou o que em Portugal foi chamado de “geração de 1790”, termo criado para designar o coletivo de pessoas decisivas nos eventos políticos que se desenrolariam após as revoluções liberais atlânticas, que tomaram lugar na América e na Europa e que reverberariam em Portugal e no Brasil; são elas as revoluções americana, francesa e haitiana. No que se refere em especial a revolução haitiana, pode-se dizer que ela deu um “choque de realidade” para nossas elites, veteranas da Inconfidência Mineira de 1789, que, se antes eram animadas por um espírito independentista e emancipatório e tinham como modelo os Estados Unidos, passaram a adotar um discurso de estreitamento dos laços com a metrópole. Havia chegado à conclusão que a realidade brasileira se aproximava muito mais da haitiana, e que se fosse dada vazão completa ao espírito de liberdade, inspirado pelos ideais iluministas, tal coisa poderia sair do controle e desencadear uma onda de violência na qual os escravos se rebelariam contra seus próprios senhores.

Daí a necessidade imposta pelas circunstâncias de as elites portuguesas e as nossas elites ilustradas da geração de 1790 de encontrar um caminho de “meio termo”, escolhendo adotar um discurso de “império luso-brasileiro”. Diferente das cortes espanholas, cujas reformas, promovidas no mesmo período, apenas enfatizavam a separação das elites “crioulas” das elites nascidas na Espanha. Portugal seguiu um caminho oposto.

Quando o conceito de “império luso-brasileiro” foi criado na década de 1790 pelo secretário de estado da marinha D. Rodrigo de Sousa Coutinho, futuro conde de Linhares, não se sabia ao certo o que era a “brasileiro” e qual sua diferença do “português”. A própria ideia de “cidadão” não existia, pouco importava se um escravo pertencesse a um coletivo humano imaginário chamado “brasileiro” igual ao seu senhor. A própria definição de cidadania implica necessariamente no usufruto de direitos compartilhados universalmente, tal como o de participar da coisa pública e de interferir ativamente nos rumos da nação. Situação impensável para uma camada social que sequer tinha direitos sobre o próprio corpo.

O reformismo ilustrado português, desde os primórdios, apesar das conquistas econômicas e dos avanços no campo da educação e de algumas áreas do conhecimento humano, como a geografia e a botânica, contemplava apenas uma elite de burocratas e nobres aliados ao poder central, dos estancieiros e da emergente burguesia mercantil. Apesar de todos os esforços de D. Rodrigo de unificar as elites brasileiras e portuguesas,

quando o Rio de Janeiro virou sede da coroa, o que se viu foi o rancor acrescido de um desejo das elites ditas “liberais” da antiga metrópole de retornarem ao *status quo* anterior às reformas. Queriam o retorno do pacto colonial e o rebaixamento do Brasil a mera condição de colônia. A Revolução liberal do Porto de 1820 demonstra a volatilidade dos discursos unitaristas tendo em vista conquistas políticas imediatas. Quando Portugal era ameaçado pelas naus britânicas, pelas legiões francesas e pelas ideias de emancipação nacional, era interessante se fingir parte de um coletivo que englobava o gigante americano, transformar a relação de domínio em uma relação de “irmãos” no mesmo patamar político.

Jurandir Malerba escreveu o primeiro dentre os três volumes ainda a serem publicados, que irão discorrer sobre os projetos de Brasil desenvolvidos por uma série de agentes políticos ao longo de toda a nossa história, para além das concepções literárias e filosóficas. É imprescindível que busquemos compreender e sempre nos atentar ao fato de que a ideia de Brasil sempre esteve em transição, sempre foi moldada conforme fatores internos e externos. Nos dias atuais, os donos do poder empreendem um discurso unitarista: “somos todos brasileiros”, eles dizem, mas essa visão não trataria de um olhar preocupado em sanar contradições internas inevitáveis, tal qual os reformistas portugueses no limiar de nossa independência?